



SUMÁRIO



LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. BREVE HISTÓRICO	33
1.1. Países da família da <i>civil law</i>	33
1.2. Países da família da <i>common law</i>	34
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil	35
2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	37
2.1. Introdução	37
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva	39
2.3. Microsistema coletivo	41
2.3.1. Conceito	41
2.3.2. Casuística	46
2.4. Marcos legislativos	50
2.5. Ação de improbidade administrativa	53
3. LEGISLAÇÃO VIGENTE	61
3.1. Introdução	61
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989)	61
3.3. Lei de Defesa dos Investidores do Mercado de Valores Mobiliários (Lei 7.913/1989)	63
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	64
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)	66
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)	67
3.7. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)	69
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	71
3.9. Lei de Defesa da Ordem Econômica (Lei 12.529/2011)	72
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	74
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016)	78
4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO	83
4.1. Processo coletivo comum	83

4.1.1.	Introdução	83
4.1.2.	Ação popular	85
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento	85
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo	90
4.1.2.3.	Desvirtuamento da ação popular	92
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo	93
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo	93
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	96
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa	96
4.1.5.	Ação civil pública	106
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo	107
4.2.	Processo coletivo especial	112
4.2.1.	Introdução	112
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade	113
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	113
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	114
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental	116
4.2.5.1.	Objeto da impugnação	116
4.2.5.2.	Caráter subsidiário	119
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	120
4.4.	Ações pseudoindividuais	121
5.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	129
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa	129
5.2.	Princípio da participação	133
5.3.	Ativismo judicial	135
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo	135
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz	136
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas	139
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios)	145
5.4.	Contraditório	147
5.5.	Economia processual	150
5.6.	Interesse no julgamento de mérito	153
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo	153
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo	154
5.6.2.1.	Introdução	154
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa	155

5.6.2.3.	Fungibilidade	156
5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível	159
5.7.	Disponibilidade motivada	160
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	165
5.9.	Obrigatoriedade da execução	167
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva	168
5.11.	Competência adequada	170
6.	DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO	173
6.1.	Direitos ou interesses?	173
6.2.	Direito difuso	175
6.3.	Direito coletivo	177
6.4.	Direitos individuais homogêneos	179
6.5.	Direitos individuais indisponíveis	182
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	185
7.	COMPETÊNCIA	189
7.1.	Introdução	189
7.2.	Competência da Justiça brasileira	190
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos	191
7.3.1.	Processo coletivo especial	191
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública	191
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa	192
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo	194
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo	195
7.3.6.	Processo de impedimento	195
7.4.	Competência de Justiça Especializada	195
7.5.	Competência da Justiça Comum	196
7.6.	Regra de competência absoluta	199
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	199
7.6.2.	Local do dano	200
7.6.3.	ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	203
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo	204
7.6.5.	Ação popular	205
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa	206
7.7.	Competência de juízo	208

8. LEGITIMIDADE	209
8.1. Espécies de legitimidade	209
8.2. Legitimados ativos	211
8.2.1. Cidadão	211
8.2.2. Ministério Público	216
8.2.3. Associação	222
8.2.3.1. Introdução	222
8.2.3.2. Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano	222
8.2.3.3. Pertinência temática	224
8.2.3.4. Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	225
8.2.3.4.1. Introdução	225
8.2.3.4.2. Sistema <i>ope iudicis</i> (<i>common law</i>)	226
8.2.3.4.3. Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>)	227
8.2.3.4.4. Situação atual no Brasil	229
8.2.3.5. Legitimidade extraordinária ou representação processual?	230
8.2.4. Pessoas jurídicas da administração pública	235
8.2.5. Defensoria Pública	237
8.3. Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo	246
8.4. Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa	249
8.4.1. Introdução	249
8.4.2. Pessoa jurídica interessada	249
8.4.3. Ministério Público	251
8.5. Processo coletivo especial	253
8.6. Legitimados passivos	257
8.6.1. Introdução	257
8.6.2. Ação popular	258
8.6.3. Ação de improbidade administrativa	260
8.6.4. Mandado de segurança coletivo	261
8.6.5. Legitimação passiva no processo coletivo especial	266
8.7. Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público	268
8.7.1. Ação popular	268
8.7.2. Ação de improbidade administrativa	271
8.8. Classificação da legitimidade e litisconsórcio	272
9. RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL	275
9.1. Introdução	275

9.2.	Litispêndência	275
9.3.	Conexão e continência	277
9.3.1.	Conceito	277
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas	278
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	279
9.3.4.	Matéria de ordem pública	280
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	280
9.4.	Suspensão do processo individual	282
9.5.	Extinção do processo individual	284
10.	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	287
10.1.	Parte	287
10.1.1.	Polo ativo	288
10.1.2.	Polo passivo	288
10.1.3.	Liticonsórcio	290
10.2.	Fiscal da ordem jurídica	290
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo	292
10.2.2.	Ação popular	293
10.3.	Sucessão processual	297
11.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	299
11.1.	Liticonsórcio	299
11.2.	Liticonsórcio no polo ativo	300
11.2.1.	Facultativo	300
11.2.2.	Unitário	301
11.2.3.	Liticonsórcio ativo ulterior?	302
11.2.3.1.	Processo coletivo comum	302
11.2.3.2.	Processo coletivo especial	305
11.3.	Liticonsórcio no polo passivo	307
11.3.1.	Introdução	307
11.3.2.	Ação popular	307
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa	308
11.4.	Indivíduo como "liticonsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo	309
11.5.	Intervenção de terceiros	311
11.6.	Assistência	312
11.6.1.	Assistência simples	312
11.6.2.	Assistência liticonsorcial	313

11.7.	Denúnciação da lide	314
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor	315
11.7.1.1.	Introdução	315
11.7.1.2.	Razões da vedação legal	315
11.7.1.2.1.	Introdução	315
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental	316
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide	318
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal	320
11.8.	Chamamento ao processo	321
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo	321
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora	322
11.9.	<i>Amicus curiae</i>	323
11.9.1.	Introdução	323
11.9.2.	Interesse institucional	324
11.9.3.	Requisitos	325
11.9.4.	Aspectos procedimentais	327
11.10.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	328
11.10.1.	Introdução	328
11.10.2.	Momento	330
11.10.3.	Procedimento	330
11.10.4.	Recorribilidade	333
11.10.5.	Fraude à execução	334
12.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	335
12.1.	Introdução	335
12.2.	Conexão e continência	336
12.2.1.	Conceito e efeito	336
12.2.2.	Determinação do juízo prevento	337
12.2.3.	Prejudicialidade externa	338
12.3.	Litispendência e seu efeito	339
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP	341
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispendência parcial	342
13.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	345
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais	345
13.2.	Cabimento	346
13.2.1.	Introdução	346

13.2.2.	Ação popular	347
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo	348
13.2.4.	Processo coletivo especial	349
13.3.	Legitimidade recursal	351
13.3.1.	Introdução	351
13.3.2.	Ação popular	352
13.3.3.	Mandado de segurança coletivo	353
13.4.	Efeitos	354
13.4.1.	Introdução	354
13.4.2.	Ação civil pública	354
13.4.3.	Ação popular	357
13.5.	Desistência e renúncia	358
13.6.	Reexame necessário	362
13.6.1.	Introdução	362
13.6.2.	Ação popular	363
13.6.3.	Mandado de segurança coletivo	364
13.7.	Ação rescisória	365
13.7.1.	Introdução	365
13.7.2.	Processo coletivo comum	368
13.7.3.	Processo coletivo especial	368
13.8.	Pedido de suspensão de segurança	370
14.	COISA JULGADA	377
14.1.	Introdução	377
14.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	377
14.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	382
14.4.	Limitação territorial da coisa julgada	384
14.5.	Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	389
14.6.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	392
15.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	395
15.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	395
15.2.	Natureza jurídica da liquidação	396
15.3.	Legitimidade ativa	398
15.4.	Competência	398
15.5.	Espécies de liquidação de sentença	401
15.6.	Direito difuso e coletivo	402

15.7. Direito individual homogêneo	403
15.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	404
16. EXECUÇÃO	407
16.1. Introdução	407
16.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença	407
16.1.2. Execução por sub-rogação e indireta	410
16.2. Legitimidade ativa	416
16.3. Direitos difusos e coletivos	418
16.4. Direitos individuais homogêneos	419
16.4.1. Introdução	419
16.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	420
16.4.3. Legitimidade	424
16.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	427
16.6. Prescrição intercorrente	428
17. TUTELA PROVISÓRIA	435
17.1. Introdução	435
17.2. Tutela antecipada	437
17.3. Liminar	440
17.3.1. Processo coletivo comum	443
17.3.2. Mandado de segurança coletivo	444
17.3.2.1. Natureza jurídica	444
17.3.2.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	446
17.3.2.3. Comunicações	446
17.3.2.4. Efeitos da liminar	447
17.3.2.5. Perempção ou caducidade da liminar	448
17.4. Cautelar	450
17.4.1. Processo coletivo comum	450
17.4.2. Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	452
17.4.2.1. Introdução	452
17.4.2.2. Indisponibilidade de bens	453
17.4.2.2.1. Natureza jurídica	453
17.4.2.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	455
17.4.2.2.3. Legitimidade ativa	457
17.4.2.2.4. Objeto da garantia	458
17.4.2.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	459
17.4.2.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	463

17.4.2.2.7.	Concessão liminar da medida cautelar	464
17.4.2.2.8.	Requisitos para a concessão	465
17.4.2.2.9.	Prazo para a propositura da ação principal	468
17.4.2.2.10.	Pedido ilíquido	469
17.4.2.2.11.	Adequações	470
17.4.2.2.12.	Direito intertemporal	471
17.4.2.3.	Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	472
17.4.2.3.1.	Natureza jurídica	472
17.4.2.3.2.	Requisitos para a concessão da cautelar probatória	475
17.4.2.3.3.	Tempo de duração	476
17.4.2.3.4.	Sujeitos passivos da medida	478
17.4.2.3.5.	Excepcionalidade do pedido	478
17.4.3.	Processo coletivo especial	479
17.4.3.1.	Ação direta de inconstitucionalidade	479
17.4.3.2.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	483
17.4.3.3.	Ação declaratória de constitucionalidade	485
17.4.3.4.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	487
17.5.	Tutela da evidência	488
17.5.1.	Introdução	488
17.5.2.	Hipóteses de cabimento	489
17.5.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	489
17.5.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores	491
17.5.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória	493
17.5.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz	493
17.5.3.	Procedimento	494
18.	MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	495
18.1.	Introdução	495
18.2.	Jurisdição	495
18.3.	Equivalentes jurisdicionais	496
18.3.1.	Autotutela	496
18.3.2.	Autocomposição	497
18.3.2.1.	Diferentes espécies	497
18.3.2.2.	Termo de ajustamento de conduta	499

18.3.2.3.	Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta	504
18.3.2.4.	Transação durante o processo coletivo	505
18.3.2.5.	Acordo de não persecução cível	506
18.3.3.	Mediação	511
18.3.4.	Arbitragem	512
18.3.4.1.	Generalidades	512
18.3.4.2.	Cabimento na tutela coletiva	514
18.3.4.2.1.	Introdução	514
18.3.4.2.2.	Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor	515
19.	GRATUIDADE	517
19.1.	Introdução	517
19.2.	Isenção de adiantamento	517
19.3.	Condenação em verbas de sucumbência	521
20.	INQUÉRITO CIVIL	525
20.1.	Introdução	525
20.2.	Natureza jurídica do inquérito civil	526
20.2.1.	Introdução	526
20.2.2.	Legitimação exclusiva do Ministério Público	526
20.2.3.	Facultatividade	527
20.2.4.	Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório	528
20.2.5.	Publicidade mitigada	530
20.2.6.	Autoexecutoriedade	531
20.3.	Procedimento preparatório	532
20.4.	Procedimento	533
20.4.1.	Introdução	533
20.4.2.	Instauração	534
20.4.3.	Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil	535
20.4.4.	Instrução	537
20.4.5.	Audiência pública	540
20.4.6.	Arquivamento	541
20.4.7.	Recomendações	543
20.5.	A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida	544

21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO	547
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas	547
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas	548
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo	549
21.3.1. Introdução	549
21.3.2. Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo	550
21.3.2.1. Legitimidade	550
21.3.2.2. Coisa julgada	551
21.3.2.3. Demais questões processuais	553
21.4. Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão	556
22. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	559
22.1. Introdução	559
22.2. Decadência	560
22.2.1. Mandado de segurança coletivo	560
22.2.2. Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo	561
22.3. Prescrição	562
22.3.1. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário	562
22.3.2. Ação popular	563
22.3.3. Ação de improbidade administrativa	564
22.3.4. Ação civil pública	565
22.4. Prescrição da pretensão individual	566
22.4.1. Pretensão de conhecimento	566
22.4.2. Pretensão executiva	567
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	569